

Cada um dos itens da prova objetiva está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando a que cada um deles esteja vinculado, marque, no cartão-resposta, para cada item: o campo designado com o **código C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o **código E**, caso julgue o item **ERRADO**.

A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use o cartão-resposta, único documento válido para a correção da sua prova objetiva.

CONHECIMENTOS BÁSICOS

Texto para os itens de 1 a 18.

1 O município de Mossoró está em processo de negociação com empresários para sediar um megaempreendimento que vai utilizar os insumos naturais da região (sal, minérios e gás) na fabricação de produtos estratégicos para a economia do País (PVC, carbonato de sódio, magnésio metálico, fertilizantes). O investimento, que, ao final, deve chegar a 5 bilhões de
4 dólares, fará o complexo industrial se estender a outros municípios, como Porto do Mangue e Macau, com previsão de criação de 7 mil empregos diretos e indiretos.

Inicialmente, as duas empresas que oficializaram interesse em investir no projeto, assinando o protocolo de intenções
7 com Mossoró, foram a *Koyo Intership Trading*, do Panamá, e a *TFB & Energy*, que atua no segmento de energia renovável. “Esse projeto vem somar a capacidade de desenvolvimento e crescimento da região Nordeste, principalmente aproveitando aquilo que mais temos, que são nossas características locais”, destacou o vice-presidente da Koyo e CEO da *TFB & Energy*, Joaquim
10 Franco, durante a assinatura do termo de intenções.

As empresas agora devem apresentar os projetos de estudos de viabilidade técnica, econômica e ambiental à prefeitura de Mossoró e ao governo do estado. O polo vai produzir toda a cadeia da árvore soda-cloro, PVC, carbonato de sódio, magnésio
13 metálico e farmacêutico, entre outros.

O secretário-adjunto de desenvolvimento econômico do Rio Grande do Norte, Sílvio Torquato, declarou que a pasta recebeu com entusiasmo a notícia de que os municípios estão assinando seus protocolos de intenções e aguarda um encontro
16 com as empresas quando elas concluírem os estudos. “Consideramos o projeto estratégico e teremos incentivos fiscais de até 95% a oferecer, semelhante ao Programa de Estímulo ao Desenvolvimento Industrial (Proedi) do estado, além das licenças do Idema”, pontuou Torquato.

19 Numa segunda fase, o polo cloroquímico deverá se estender para os municípios de Porto do Mangue, Macau e Guamaré. Esse último também assinou um protocolo de intenções com a *TFB & Energy* em setembro de 2020. Cabe aos municípios o apoio às empresas em incentivos fiscais de sua competência e em agilidade na liberação de licenças, por exemplo,
22 oferecendo um ambiente de negócios seguro para a implantação dos projetos.

O economista Carlos Duarte, idealizador do complexo industrial, explicou que, no momento, a etapa é do reconhecimento dos municípios em receber o empreendimento para a alocação dos recursos. “A cadeia produtiva foi montada
25 de Guamaré a Mossoró, envolvendo Porto do Mangue e Macau porque são os municípios que convergem todas as potencialidades necessárias. Em Porto do Mangue, por exemplo, teremos um porto estratégico”, explicou Duarte.

Depois de pronto, fato que deverá ocorrer gradualmente na medida em que as empresas forem se instalando e a
28 infraestrutura necessária for montada, o complexo deverá somar 5 bilhões de dólares, ou seja, algo em torno de R\$ 25,1 bilhões na cotação atual da moeda americana. Inicialmente, estão previstos US\$ 2,5 bilhões (R\$ 12,5 bilhões) para a implantação do projeto em Mossoró e Guamaré, sendo US\$ 1,3 bilhão (R\$ 6,5 bilhões) para Mossoró, com um aporte de US\$ 800 milhões (R\$ 4 bilhões)
31 na primeira fase, previsto no protocolo de intenções. Segundo Carlos Duarte, o restante depende dos estudos técnicos e econômicos e de impacto ambiental. “Outros municípios também poderão ser contemplados com indústrias de transformação na medida em que o polo começar a operar. Mas isso é gradativo, na medida em que as empresas forem se instalando”, disse.
34 A estimativa é de gerar mais de dois mil empregos diretos e outros cinco mil indiretos durante a implantação e o funcionamento do empreendimento.

Além de movimentar a economia dos municípios, o polo cloroquímico deverá gerar, em pleno funcionamento, um
37 acréscimo de 18% no produto interno bruto do Rio Grande do Norte e ajudar o Brasil a se tornar autossuficiente na produção dos insumos de que precisa para a indústria química.

Como se trata de um empreendimento estratégico para a economia do País, será necessário garantir a infraestrutura
40 necessária para o escoamento da produção que será direcionada para consumo nacional e para exportação. Estão sendo pensados projetos estruturantes, como porto, estradas, ferrovias, usina de geração de energia, que, segundo Carlos Duarte, deverão, de acordo com a legislação, ser concedidos à iniciativa privada, já que o poder público não dispõe, em curto tempo, de
43 recursos para tanto.

Acerca do texto e de seus aspectos linguísticos, julgue os itens de 1 a 7.

- 1 O objetivo principal do texto, estruturado em forma dissertativa, é informar o público leitor acerca do processo de negociação para a implantação de um complexo industrial no estado do Rio Grande do Norte, com a previsão de geração de mais de mil empregos diretos e indiretos.
- 2 Entende-se da leitura do texto que o único entrave para a assinatura do protocolo de intenções para a construção do polo cloroquímico no estado do Rio Grande do Norte é a falta de recursos financeiros imediatos do poder público estadual, o que requer negociação com a iniciativa privada.
- 3 Os vocábulos “Mossoró”, “País”, “deverá” e “Guamaré” são acentuados graficamente de acordo com a mesma regra de acentuação gráfica.
- 4 Estaria mantida a correção gramatical do texto, mas não o seu sentido original, caso fosse inserida uma vírgula imediatamente após o termo “megaempreendimento” (linha 1).
- 5 O emprego do acento indicativo de crase em “à prefeitura de Mossoró” (linhas 11 e 12) justifica-se pela regência do verbo “apresentar” (linha 11) e pela anteposição do artigo “a” ao substantivo “prefeitura”.
- 6 A oração “quando elas concluírem os estudos” (linha 16) subordina-se à oração anterior e está construída com verbo no tempo futuro do modo subjuntivo.
- 7 A flexão da forma verbal “Cabe” (linha 20) na terceira pessoa do singular justifica-se pela concordância do verbo com o termo “apoio” (linha 21), núcleo do sujeito da oração.

Com relação à ortografia oficial, à correção gramatical e à coerência das substituições propostas para vocábulos e trechos destacados do texto, julgue os itens de 8 a 12.

- 8 “ao final” (linha 3) por **pôr fim**
- 9 “que mais temos” (linha 9) por **de que mais dispomos**
- 10 “vai produzir” (linha 12) por **produzira**
- 11 “deverá se estender” (linha 19) por **deverá estender-se**
- 12 “que, segundo” (linha 41) por **onde, de acordo com**

Considerando os mecanismos de coesão no texto, julgue os itens de 13 a 15 no que se refere à correta correspondência entre o termo destacado e o respectivo elemento de referência.

- 13 “pronto” (linha 27) – “o complexo” (linha 28)
- 14 “previsto” (linha 31) – “projeto” (linha 30)
- 15 “isso” (linha 33) – “polo” (linha 33)

Quanto à correção gramatical, à coesão e à coerência da proposta de reescrita para cada um dos trechos destacados do texto, julgue os itens de 16 a 18.

- 16 “Além de movimentar a economia dos municípios, o polo cloroquímico deverá gerar, em pleno funcionamento, um acréscimo de 18% no produto interno bruto do Rio Grande do Norte” (linhas 36 e 37): **O polo cloroquímico, além de movimentar a economia dos municípios, deverá proporcionar, quando em pleno funcionamento, um acréscimo de 18% no produto interno bruto do Rio Grande do Norte**
- 17 “Como se trata de um empreendimento estratégico para a economia do País, será necessário garantir” (linha 39): **Embora o empreendimento seja estratégico para a economia nacional, a necessidade de garantir**
- 18 “Estão sendo pensados projetos estruturantes” (linhas 40 e 41): **Estamos planejando projetos estruturantes**

A respeito da correção gramatical dos trechos apresentados e da adequação da linguagem à correspondência oficial, julgue os itens 19 e 20.

- 19 Encaminho, para exame e pronunciamento dessa Comissão Especial, cópia do projeto do curso Treinamento de Gestores em Técnicas Industriais, informando, oportunamente, que o orçamento para custeá-lo foi aprovado em reunião geral deste Conselho Regional datada de 18 agosto de 2021.
- 20 Nesse contexto, encaminhe-se os autos a Comissão de Controle e Finanças, para conhecimento e providências que entender cabível para sanar os problemas que por ventura sejam identificados no processo e possa vir a prejudicarem o andamento do mesmo.

Nos itens que avaliem conhecimentos de informática, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que: todos os programas mencionados estejam em configuração-padrão, em português; o *mouse* esteja configurado para pessoas destros; expressões como **clicar**, **clique simples** e **clique duplo** referem-se a cliques com o botão esquerdo do *mouse*; e teclar corresponda à operação de pressionar uma tecla e, rapidamente, liberá-la, acionando-a apenas uma vez. Considere também que não haja restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.

Com relação aos conceitos de *hardware*, ao programa Microsoft Word 2013 e ao sistema operacional Windows 8, julgue os itens de 21 a 25.

- 21 A arquitetura básica de qualquer computador completo é composta pelos seguintes componentes: processador; memória RAM; disco rígido (HD); dispositivos de entrada e saída (E/S); e *softwares*.
- 22 Monitores e impressoras são considerados como dispositivos de saída de dados, enquanto *mouses* e teclados são considerados como dispositivos de entrada de dados.

- 23** No Word 2013, somente é possível formar texto por meio da guia Revisão.
- 24** No sistema operacional Windows 8, a biblioteca Documentos mostra tanto a pasta Meus Documentos (do usuário) quanto a pasta Documentos Públicos.
- 25** Por meio da janela Sistemas, disponível na categoria Sistema e Segurança do Painel de Controle do Windows 8, é possível descobrir a edição do Windows que está instalada no computador.

No que se refere aos conceitos de redes de computadores, ao programa de navegação Mozilla Firefox, em sua versão mais atual, e aos aplicativos para a segurança da informação, julgue os itens de **26 a 30**.

- 26** NNTP (*Network News Transfer Protocol*) e IRC (*Internet Relay Chat*) são exemplos de protocolos de aplicação.
- 27** Em redes de computadores, crimpagem é o processo de reiniciar o computador para que ele obtenha, automaticamente, outro endereço IP.
- 28** O Firefox não permite adicionar um novo dicionário, pois, no momento em que o navegador é instalado, o usuário já define o dicionário que será usado.
- 29** O navegador Mozilla Firefox não é configurado, por padrão, para verificar automaticamente a ortografia. No entanto, o usuário poderá ativar essa funcionalidade.
- 30** Para que o usuário consiga proteger por completo seu computador, é necessário adquirir um *software* antivírus pago, já que os *softwares* antivírus gratuitos não fornecem proteção alguma contra ameaças virtuais.

João, um colecionador de livros metódico, adquire exatamente 2 livros a cada mês. Atualmente, ele tem 156 livros.

Com base nesse caso hipotético, julgue os itens de **31 a 34**.

- 31** Se x representar o número de meses que se passaram em relação à data em que João tinha 156 livros e y representar a quantidade de livros que ele tem no momento do cálculo, então $y = 156 + 2x$.
- 32** Em 3 anos e 3 meses, a coleção de João aumentará em 50%.
- 33** Para triplicar sua coleção atual, João precisará de mais de 13 anos.
- 34** Nesse ritmo, a coleção de João chegará a 500 livros em 14 anos e 5 meses.

- Bráulio é inteligente.
- Se é professor, então é inteligente.
- Todos os professores amam seus alunos.

Admitindo a veracidade das três afirmações acima apresentadas, julgue os itens de **35 a 37**.

- 35** É correto concluir que Bráulio é professor.
- 36** A frase “Se é professor, então é inteligente” é equivalente à frase “Se não é professor, então não é inteligente”.

- 37** A negação de “Todos os professores amam seus alunos” é “Algum professor não ama seus alunos”.

Em uma turma, há 49 crianças, entre elas Gabriela e Natasha.

Com base nessa situação hipotética, julgue os itens de **38 a 40**.

- 38** Há 2.290 modos de se formar um trio nessa turma com Gabriela ou Natasha.
- 39** Pelo menos 5 crianças dessa turma fazem aniversário no mesmo mês do ano.
- 40** Se o número de crianças do sexo masculino está para o número de crianças do sexo feminino na razão de 3 para 4, então há 7 meninas a mais que a quantidade de meninos nessa sala.



RASCUNHO

CONHECIMENTOS COMPLEMENTARES

À luz do Decreto n.º 9.830/2019, julgue os itens de **41 a 50**.

- 41** Consideram-se como valores jurídicos abstratos os previstos em normas jurídicas com alto grau de indeterminação e abstração.
- 42** Na indicação das consequências práticas da decisão, o decisor apresentará apenas as consequências práticas que, no exercício diligente de sua atuação, consiga vislumbrar diante dos fatos e fundamentos de mérito e jurídicos.
- 43** Na declaração de invalidade de atos, contratos, ajustes, processos ou normas administrativos, é vedado ao decisor restringir os efeitos da declaração.
- 44** A decisão administrativa que estabelecer interpretação ou orientação nova sobre norma de conteúdo indeterminado e impuser novo dever ou novo condicionamento de direito preverá regime de transição, quando indispensável para que o novo dever ou o novo condicionamento de direito seja cumprido de modo proporcional, equânime, eficiente e sem prejuízo aos interesses gerais.
- 45** Na interpretação de normas sobre gestão pública, serão considerados os direitos dos administrados, sendo irrelevantes as dificuldades reais enfrentadas pelo agente público.
- 46** A autoridade competente poderá, dispensada a oitiva do órgão jurídico e se entender conveniente para eliminar irregularidade, incerteza jurídica ou situações contenciosas na aplicação do direito público, celebrar compromisso com os administrados interessados.
- 47** Poderá ser celebrado termo de ajustamento de gestão entre os agentes públicos e os órgãos de controle interno da Administração Pública com a finalidade de corrigir falhas apontadas em ações de controle, aprimorar procedimentos, assegurar a continuidade da execução do objeto, sempre que possível, e garantir o atendimento do interesse geral.
- 48** O agente público poderá ser responsabilizado por suas decisões ou opiniões técnicas se agir com culpa leve no desempenho de suas funções.
- 49** A complexidade da matéria e das atribuições exercidas pelo agente público serão consideradas em eventual responsabilização do agente público.
- 50** No exercício do poder hierárquico, só responderá por culpa *in vigilando* o agente público cuja omissão caracterizar dolo.

Acerca do acesso à informação (Lei n.º 12.527/2011), julgue os itens de **51 a 55**.

- 51** São considerados como documentos os dados, processados ou não, que podem ser utilizados para a produção e a transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato.
- 52** Os órgãos e as entidades do poder público devem garantir a formulação de pedidos de acesso à informação exclusivamente por meio presencial.
- 53** Quando não for autorizado o acesso à informação, por se tratar de informação total ou parcialmente sigilosa, o requerente deverá ser informado sobre a possibilidade de recurso, os prazos e as condições para sua interposição, devendo, ainda, ser-lhe indicada a autoridade competente para sua apreciação.
- 54** Não poderá ser negado o acesso à informação necessária à tutela judicial ou administrativa de direitos fundamentais.

- 55** São consideradas como imprescindíveis à segurança da sociedade ou do Estado e, portanto, passíveis de classificação as informações cuja divulgação ou cujo acesso irrestrito possam pôr em risco a defesa e a soberania nacionais ou a integridade do território nacional.

Com relação às constituições e às suas classificações, julgue os itens de **56 a 65**.

- 56** As constituições dogmáticas são as veiculadas por um texto normativo, de modo que as normas constitucionais sejam sistematizadas em um documento.
- 57** As constituições costumeiras são as que se baseiam apenas nos costumes e nas tradições do povo que regem.
- 58** Apenas as constituições não escritas podem ser classificadas também como constituições populares.
- 59** As constituições que decorrem de um processo democrático são classificadas como cesaristas.
- 60** A noção de rigidez constitucional, por sua própria essência, é completamente desvinculada da noção de constituição formal.
- 61** A noção de hierarquia formal entre a constituição e a legislação ordinária é decorrente da existência de uma constituição plástica.
- 62** As constituições sintéticas são as compostas por um número relativamente reduzido de dispositivos, limitando-se a estabelecer alguns princípios e algumas regras básicas sobre a organização do Estado e do poder e sobre a relação destes com os cidadãos.
- 63** As constituições do tipo analítico, como é o caso da Constituição Federal de 1988, além de retirarem da disposição do legislador ordinário um conjunto bem maior de matérias, em geral são também mais frequentemente reformadas, pois quanto mais regras contemplam, mais se torna difícil a atualização da constituição mediante o processo legislativo ordinário e a interpretação.
- 64** As constituições nominais são as que, embora sejam juridicamente válidas, carecem de eficácia e efetividade, pois a dinâmica do processo político e social não está adaptada às suas normas.
- 65** As constituições semânticas encontram-se submetidas ao poder político dominante, constituindo um documento formal que, embora aplicado, foi criado para beneficiar os detentores do poder, que dispõem do aparato coercitivo do Estado.

A respeito dos direitos e das garantias fundamentais, julgue os itens de **66 a 70**.

- 66** O direito de nacionalidade é considerado como um direito coletivo.
- 67** São brasileiros naturalizados os nascidos no estrangeiro de pai brasileiro ou de mãe brasileira, ainda que sejam registrados em repartição brasileira competente e optem, depois de atingida a maioria, pela nacionalidade brasileira.
- 68** A Constituição Federal de 1988 veda expressamente qualquer tipo de distinção entre os brasileiros natos e os naturalizados.
- 69** No direito constitucional brasileiro, o sufrágio, na condição de direito subjetivo, engloba o direito de votar (chamado de direito eleitoral ativo) e o direito de ser votado, de modo a poder participar da formação e do exercício do poder estatal (direito eleitoral passivo).
- 70** O direito de sufrágio é um direito personalíssimo, de tal sorte que não se admite o seu exercício por representação de terceiro.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Quanto ao Conselho Federal e aos Conselhos Regionais dos Técnicos Industriais, julgue os itens de **71 a 75**.

- 71** O Conselho Federal e os Conselhos Regionais dos Técnicos Industriais são fundações públicas com autonomia administrativa e financeira.
- 72** O Conselho Federal dos Técnicos Industriais, com sede e foro em Brasília, é integrado apenas por brasileiros natos, cujos diplomas profissionais estejam registrados de acordo com a legislação em vigor.
- 73** Cabe ao Conselho Federal dos Técnicos Industriais detalhar, observados os limites legais e regulamentares, as áreas de atuação privativas dos técnicos industriais e as áreas de atuação compartilhadas com outras profissões regulamentadas.
- 74** O Conselho Federal e os Conselhos Regionais dos Técnicos Industriais serão auditados, anualmente, por auditoria independente, e os resultados serão divulgados para conhecimento público.
- 75** O exercício de função em Conselho Regional é incompatível com o exercício de função no Conselho Federal dos Técnicos Industriais.

No que se refere à responsabilidade civil do Estado, julgue os itens de **76 a 80**.

- 76** A teoria da irresponsabilidade do Estado repousa fundamentalmente na ideia de soberania.
- 77** A teoria civilista procura desvincular a responsabilidade do Estado da ideia de culpa do funcionário.
- 78** A teoria do acidente administrativo serve de fundamento para a responsabilidade objetiva do Estado.
- 79** Segundo a teoria da responsabilidade objetiva, o Estado somente poderá ser responsabilizado quando seu agente atuar com dolo ou culpa grave.
- 80** A culpa exclusiva da vítima é uma das causas excludentes da responsabilidade civil do Estado.

Acerca da Administração Pública e dos princípios que a regem, julgue os itens de **81 a 90**.

- 81** A expressão Administração Pública, em sentido subjetivo, designa os entes que exercem a atividade administrativa.
- 82** Princípios administrativos são os postulados fundamentais que inspiram todo o modo de agir da Administração Pública.
- 83** O princípio da legalidade é a diretriz básica da conduta dos agentes da Administração e significa que toda e qualquer atividade administrativa deve ser autorizada por lei.

- 84** O princípio da impessoalidade objetiva a igualdade de tratamento que a Administração deve dispensar aos administrados que se encontrem em idêntica situação jurídica.
- 85** Segundo o princípio da moralidade, o administrador público deve apenas averiguar os critérios de conveniência, oportunidade e justiça em suas ações.
- 86** Os princípios da moralidade e da legalidade são equivalentes entre si.
- 87** O direito de petição, por exigir a iniciativa do interessado, não pode ser indicado como um dos instrumentos de concretização do princípio da publicidade.
- 88** O núcleo do princípio da eficiência é a procura de produtividade e economicidade e, o que é mais importante, a exigência de reduzir os desperdícios de dinheiro público, o que impõe a execução dos serviços públicos com presteza, perfeição e rendimento funcional.
- 89** A Administração Pública deve pautar sua atuação exclusivamente nos princípios expressos na Constituição Federal de 1988.
- 90** O princípio da autotutela impede que a Administração Pública reveja seus próprios atos para corrigir eventuais irregularidades.

Com relação à administração direta e indireta, julgue os itens de **91 a 100**.

- 91** A administração direta do Estado desempenha atividade centralizada.
- 92** A administração direta do Estado abrange todos os órgãos dos poderes políticos das pessoas federativas cuja competência seja a de exercer a atividade administrativa.
- 93** Na esfera federal, a administração direta da União, no Poder Executivo, é composta por órgãos de duas classes distintas: a presidência da República e as autarquias federais.
- 94** A presidência da República é o órgão superior do Poder Executivo e nele se situa o presidente da República como chefe da Casa Civil.

- 95** A administração indireta do Estado é o conjunto de pessoas administrativas que, vinculadas à respectiva administração direta, têm o objetivo de desempenhar as atividades administrativas de forma descentralizada.
- 96** A administração indireta é formada por pessoas físicas, denominadas entidades.
- 97** A administração indireta é o próprio Estado executando algumas de suas funções de forma descentralizada.
- 98** A União é o único ente federativo que não pode ter a sua administração indireta.
- 99** As sociedades de economia mista, por envolverem capital privado, não integram a administração indireta.
- 100** Sempre que se faz referência à administração indireta do Estado, a ideia de vinculação das entidades traz à tona, como órgão controlador, o Poder Executivo.

A respeito do controle da Administração Pública, julgue os itens de **101** a **110**.

- 101** A finalidade do controle é a de assegurar que a Administração atue em consonância com os princípios que lhe são impostos pelo ordenamento jurídico.
- 102** O controle da Administração Pública é função puramente estatal, sendo vedada a participação dos administrados.
- 103** O controle da administração direta sobre a administração indireta é do tipo externo.
- 104** Controle administrativo é o poder de fiscalização e correção que a Administração Pública, em sentido amplo, exerce sobre sua própria atuação, sob os aspectos de legalidade e mérito, por iniciativa própria ou mediante provocação.
- 105** O controle que o Poder Legislativo exerce sobre a Administração Pública deve se limitar às hipóteses previstas na Constituição Federal.
- 106** O Poder Legislativo pode exercer apenas controle político sobre os atos da Administração Pública.
- 107** O controle judicial constitui, juntamente com o princípio da legalidade, um dos fundamentos em que repousa o Estado de Direito.
- 108** O direito brasileiro não adotou o sistema da jurisdição una, uma vez que tanto o Poder Judiciário quanto o Poder Legislativo podem exercer controle sobre os atos da Administração Pública.

- 109** O Poder Judiciário somente poderá examinar os atos discricionários praticados pela Administração Pública.
- 110** Os atos normativos do Poder Executivo, como, por exemplo, regulamentos, resoluções e portarias, não podem ser invalidados pelo Poder Judiciário.

De acordo com o Código de Trânsito Brasileiro, julgue os itens de **111** a **120**.

- 111** A aplicação das penalidades administrativas previstas no Código de Trânsito Brasileiro elide as punições originárias de ilícitos penais decorrentes de crimes de trânsito.
- 112** Aos proprietários e condutores de veículos serão impostas, concomitantemente, as penalidades previstas no Código de Trânsito Brasileiro toda vez que houver responsabilidade solidária em infração dos preceitos que lhes couber observar, respondendo cada um *per si* pela falta em comum que lhes for atribuída.
- 113** O proprietário poderá indicar ao órgão executivo de trânsito o principal condutor do veículo, o qual, após aceitar a indicação, terá seu nome inscrito em campo próprio do cadastro do veículo no Renavam.
- 114** O principal condutor será excluído do Renavam apenas quando houver transferência de propriedade do veículo.
- 115** As infrações de trânsito punidas com multa classificam-se, de acordo com sua gravidade, em leves, médias, graves, gravíssimas e criminosas.
- 116** As multas serão impostas pelo órgão ou pela entidade de trânsito com circunscrição sobre a via onde haja ocorrido a infração, mas serão arrecadadas pela União.
- 117** A penalidade de suspensão do direito de dirigir será imposta ao infrator que, no período de seis meses, cometer duas infrações gravíssimas.
- 118** As penalidades de suspensão do direito de dirigir e de cassação do documento de habilitação serão aplicadas por decisão fundamentada da autoridade de trânsito competente, em processo administrativo, assegurado ao infrator amplo direito de defesa.
- 119** Quando o infrator cometer, simultaneamente, duas ou mais infrações, ser-lhe-ão aplicadas, cumulativamente, as respectivas penalidades.
- 120** Deverá ser imposta a penalidade de advertência por escrito à infração de natureza leve ou média, passível de ser punida com multa, caso o infrator não tenha cometido nenhuma outra infração nos últimos doze meses.